 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 053. Políticas patrimoniais, conservadorismo político e os novos desafios da antropologia

Simone Pondé Vassallo (Universidade Federal Fluminense, Departamento de Antropologia) - Coordenador/a, Patricia Silva Osorio (UFMT) - Coordenador/a, Renata de Sá Gonçalves (Universidade Federal Fluminense) - Debatedor/a, Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO) - Debatedor/a Nos anos 2000, as pol?ticas de promo??o do patrim?nio imaterial propiciaram a chegada de novos atores no campo do patrim?nio, como os chamados detentores, bem como a amplia??o da participa??o dos antrop?logos nessas esferas. V?rias pr?ticas de grupos subalternizados foram reconhecidas como patrim?nio nacional e se beneficiaram de recursos p?blicos, contribuindo ativamente para as suas lutas por direitos. No entanto, com a mudan?a pol?tica ocorrida em 2016 e com o aumento das for?as conservadoras, v?rios programas de democratiza??o do patrim?nio foram reduzidos ou mesmo interrompidos. Al?m disso, setores conservadores come?aram a atuar mais diretamente nas pr?ticas patrimoniais, gerando in?meros impactos. Nesse contexto, no ?mbito das activitys propostas pelo Comit? de Patrim?nios e Museus da ABA, o presente GT busca refletir sobre as seguintes quest?es: quais os impactos das novas pol?ticas patrimoniais e do aumento das for?as conservadoras nas diferentes situa?es etnogr?ficas e na atua??o dos ?rg?os p?blicos voltados para o patrim?nio? Quais os desdobramentos dessas novas pol?ticas na pr?pria pesquisa antropol?gica? Qual o papel do antrop?logo como mediador entre essas diferentes esferas? Com o intuito de ampliar a reflex?o para as diversas formas de atua??o dos antrop?logos, o GT se prop?e a acolher trabalhos tanto dos que est?o inseridos na academia quanto os dos que atuam em ?rg?os governamentais.

Referências Culturais e patrimônio cultural: antropologia no universo dos arquitetos

Autoria: Pedro Gustavo Morgado Clerot

A proposta de comunicação aqui apresentada é resultante de minha pesquisa de mestrado no Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan. Nela discuto a noção de Referência Cultural a partir de uma aproximação de cunho teórico e documental, do termo e seus usos na história da instituição federal de preservação do patrimônio cultural nos últimos 40 anos. A noção de ?Referências Culturais? está no título do principal instrumento de inventário do Iphan: o Inventário Nacional de Referências Culturais ? INRC e é considerada a ?chave? a partir da qual uma mudança geral de contexto social e político que se deu a partir dos anos 70, época da chamada ?virada antropológica? das ciências sociais e humanidades, teve seus reflexos na política cultural do Brasil, sobretudo com a Criação do Centro Nacional de Referência Cultural ? CNRC, transformou a política de patrimônio cultural no país. O olhar para a cultura a partir das referências culturais vem sendo compreendido em diversos estudos e works de historiografia da preservação como responsável pela modernização, ou atualização das bases conceituais das políticas da preservação, a partir de um viés antropológico de cultura, da noção de diversidade cultural e do desenvolvimento de novas experiências de identificação, preservação e fomento aos bens culturais oriundos de grupos sociais, até então, desprestigiados por aquelas políticas, como indígenas, afrodescendentes e as ditas ?culturas populares?. O eixo de atribuição de valores se deslocou dos conceitos restritivos de ?histórico e artístico nacional? ? associados a bens de elite e as ditas culturas eruditas ? para a noção de ?patrimônio cultural do Brasil?, mais inclusiva e menos focada em critérios de excepcionalidade e monumentalidade. A questão do diálogo e da mediação entre a esfera estatal e os grupos sociais também passa a estar na pauta

 ISBN: 978-85-87942-61-6

das novas ações preservacionistas e, com isso, um certo saber antropológico se faz presente num campo, até então, dominado pela autoridade técnica dos arquitetos especializados em preservação de monumentos e sítios tombados. Compreender a evolução e os potenciais de um desenvolvimento conceitual da noção de Referência Cultural pode, ao meu entender, ajudar a dar maior clareza e eficácia às políticas de identificação do patrimônio cultural. Enquanto servidor do Iphan, acredito que a reflexão aqui apresentada é uma maneira de também qualificar a atuação do campo antropológico numa política pública com grande potencial para a afirmação de direitos culturais diferenciados pelas diferentes comunidades detentoras dos bens culturais preservados pelo Estado ? inclusive diante das ameaças a tais direitos que outros agentes e instituições dentro do Estado vêm impondo a essas populações.

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**